



Relatório de Atividades

2017

22 DE ABRIL DE 2018





SANTA CASA MISERICÓRDIA DA CALHETA

P. 12 – Gestão Administrativa e Financeira

Relatório de Atividades

Edição n.º 1 de 25-05-2011

R.P.12.22

RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2017

Durante o ano de 2017, a Mesa Administrativa da Santa Casa da Misericórdia da Calheta, procurou cumprir o programa que havia sido proposto e aprovado para este exercício.

Durante todo o ano, assegurou o funcionamento de todas as atividades desenvolvidas pela Instituição e a realização de projetos, planos e objetivos.

Entre as várias realizações levadas a efeito, merecem especial destaque as seguintes:

1. IRMANDADE:

- No dia 03 de Janeiro realizou-se a cerimónia de Tomada de Posse dos Corpos Sociais eleitos para o quadriénio de 2017/2020, que contou com a presença da Senhora Secretária da Inclusão e Assuntos Sociais, Dr.ª Rubina Leal;
- No último fim de semana de Maio, como habitualmente, foi comemorado o Dia da Misericórdia.
- Integrada na XIª Festa da Solidariedade, organizada pela CNIS, no dia 30 de maio, a “Chama da Solidariedade” percorreu todo o concelho da Calheta.
- Criação do Grupo Coral da SCMC, composto por colaboradores, irmãos e membros dos Órgãos Sociais;
- Publicação semestral do Boletim Informativo “Horizonte”
- No mês de novembro, como prevê o Compromisso, foram celebradas missas por alma de todos os Irmãos e Benfeitores falecidos.
- No final do ano, foi levada a cabo uma Campanha para inscrição de novos irmãos, por todas as Paróquias do Concelho;
- Foram realizadas 25 reuniões ordinárias da Mesa Administrativa;
- Em 31 de dezembro o número de Irmãos ativos era de 537.

2. VOLUNTARIADO

- Dinamização e promoção do Programa de Voluntariado da Instituição “*Sou Solidário*”

3. LOJA SOLIDÁRIA:

- Dinamização e promoção da Loja Solidária, que funciona da parceria da Câmara Municipal da Calheta, Paróquia do Atougua, Vicentinos e Santa Casa, tendo apoiando em 2017, 329 Famílias (Média de 27 famílias mensais).

4. No âmbito da XIª Festa da Solidariedade e das comemorações do Dia da Misericórdia, foi organizado um Ciclo de Conferências denominado: “**SOLIDARIEDADE— Uma Responsabilidade Partilhada**”, composto pelas seguintes conferências:



SANTA CASA MISERICÓRDIA DA CALHETA

P. 12 – Gestão Administrativa e Financeira

Relatório de Atividades

Edição n.º 1 de 25-05-2011

R.P.12.22

18/03/2017 - ***Viver Com Animação— Estratégias para uma Família + Feliz***

ORADOR: Dr. Francisco Caldeira

LOCAL: Salas Catequese — Salão Paroquial Ponta do Pargo

29/04/2017 - ***Viver Com Animação— Estratégias para uma Família + Feliz***

ORADOR: Dr. Francisco Caldeira

LOCAL: Centro Social do Arco da Calheta

19/05/2017 - ***Solidariedade, Um Valor Ético e Geracional***

ORADOR: Dr. António Bagão Félix

LOCAL: Santa Casa da Misericórdia da Calheta

24/05/2017 - ***Descobrir o Mundo e a Vida, Ser Solidário.***

ORADOR: Dr. Jorge Carvalho

LOCAL: Santa Casa da Misericórdia da Calheta

Alunos da Escola Básica e Secundária da Calheta

17/06/2017 - ***Ei-los que Partem [sobre madeirenses pelo mundo]***

ORADOR: Dr.ª Graça Alves

LOCAL: Paúl do Mar - Escola EB1/PE Vasco Gama Rodrigues

5. Com base no programa de animação sociocultural e de convívio foram realizados diversos intercâmbios, promovendo o contato com outras instituições.
6. Foram efetuados passeios/saídas com os utentes dos Lares e Centro de Convívio, de forma a poderem conhecer ou rever locais de interesse, tendo sido também promovidos piqueniques, caminhadas, idas à praia e ao teatro.
7. A Santa Casa da Misericórdia da Calheta celebrou Protocolos com diversas Entidades, nomeadamente: Instituto de Segurança Social da Madeira, Direção Geral de Reinserção e Serviços Prisionais, e ainda, com a Qualificar FP – Formação Profissional, Educação e Serviços, Ld.ª, a Escola Básica e Secundária da Calheta, a Escola Dr. Ângelo Augusto da Silva, e a Escola Profissional Cristóvão Colombo, com vista à receção de alunos para realização de estágios em contexto de trabalho.
8. Manteve-se o empréstimo de 4 cadeiras de rodas e de 23 camas articuladas a idosos do concelho.
9. Em 2017 foram fornecidas refeições no domicílio a 50 idosos, em todo o concelho da Calheta, perfazendo o total de 17.779 refeições fornecidas durante todo o ano.



SANTA CASA MISERICÓRDIA DA CALHETA

P. 12 – Gestão Administrativa e Financeira

Relatório de Atividades

Edição n.º 1 de 25-05-2011

R.P.12.22

10. A Santa Casa da Misericórdia da Calheta cooperou com o Instituto de Segurança Social da Madeira no PEA – Programa de Emergência Alimentar.
PEA 2017 – 393 Famílias apoiadas (Média de 33 famílias mensais); 1228 Elementos.
11. A 15 de Setembro foi comemorado o 21º Aniversário do Lar Nossa Senhora da Estrela.
12. A Santa Casa esteve, entre outros, representada nos seguintes eventos/encontros:
 - 31 Março a 2 Abril 2017 - II Feira da Economia Social e Solidária, uma iniciativa da SRIAS – Secretaria Regional da Inclusão e Assuntos Sociais.
 - 02 a 03 de Junho 2017 - XIV Congresso Insular das Misericórdias dos Açores e da Madeira, que decorreu nos Açores. PARTICIPANTES: 3 Mesários e 2 Funcionárias;
 - 21 de Julho 2017 – Comemoração do 509.º Aniversário da Santa Casa da Misericórdia do Funchal, que ocorreu no Caniço; PARTICIPANTE: 1 Mesário
 - 19 a 21 de Setembro 2017 - XXXI Encontro da Pastoral Social que decorreu em Fátima. PARTICIPANTES: 1 Mesário
 - 11 de Outubro 2017 - Seminário: “Pensar Positivo e Saúde Mental” PARTICIPANTES: 1 Mesário e 4 Funcionários;
 - 12 a 14 Outubro 2017 – IV Congresso de História da Misericórdia do Porto – “Pessoa(s), Arte e Benemerência”. PARTICIPANTES: 1 Mesário
 - 16 a 19 Novembro 2017 – Participação na XV Feira das Vontades, que decorreu no Funchal.
 - 24 de Novembro 2017 – Seminário “Economia Social e Solidária”, organizada pela UIPSS, que decorreu na Escola da Apel.
13. Ao longo do ano a Misericórdia da Calheta fez-se também representar em reuniões e Assembleia-Gerais da União das Misericórdias Portuguesas e da União das IPSS.
14. **PATRIMÓNIO:**
 - 27/01/2017 – Alienação de prédio misto, doado pela utente Conceição Costa, localizado no Lombo do Doutor, Vereda do Espigão nº 12, inscrito na matriz sob o artº urbano 3086 e sob o artº rústico 3991, descrito na conservatória do registo predial da Calheta sob o número seis mil cento e quarenta e oito, da freguesia da Calheta.
 - 04/05/2017 - Revogação por mútuo acordo de contrato de promessa de cessão de quinhão hereditário da utente Maria Alzira Ferreira, com devolução da totalidade do sinal recebido, em virtude do já longo período de tempo decorrido desde a data da outorga do contrato promessa, da alteração das condições do mercado imobiliário que se verificavam à data da outorga daquele contrato, quer



a SCMC que os promitentes-compradores, deixaram reciprocamente, de ter interesse na sua manutenção, e consequentemente, deixaram de ter interesse na celebração do contrato prometido.

- Aquisição de 218m² do prédio rústico contíguo ao Edifício o Antigo Hospital da Misericórdia, atual Centro de Saúde da Calheta, inscrito na matriz sob o artº 3163, descrito na conservatória do registo predial da Calheta sob o número 6789, da freguesia da Calheta, com assinatura da escritura a 08/05/2017.
- Candidaturas a fundos Comunitários elaboradas e aprovadas:
 - Centro de Saúde da Calheta – Remodelação/Ampliação;
 - Remodelação e ampliação dos Edifícios onde se encontram instalados o Lar Nossa Senhora da Estrela, Centro de Convívio e os serviços que prestam apoio social domiciliário a idosos e a outros carenciados 2ª fase – tendo em conta as alterações recomendadas pelo ISSM.

15. CONTRATAÇÃO PÚBLICA:

- 1/2017 – Procedimento por Ajuste Direto para aquisição dos **Projetos de Especialidades** do Centro de Saúde da Calheta – Remodelação/Ampliação;
- 02/2017 – Procedimento por Ajuste Direto para a **aquisição do projeto de arquitetura** para a remodelação e ampliação dos Edifícios onde se encontram instalados o Lar Nossa Senhora da Estrela, Centro de Convívio e os serviços que prestam apoio social domiciliário a idosos e a outros carenciados 2ª fase – tendo em conta as alterações recomendadas pelo ISSM;
- 3/2017 - Procedimento por Ajuste Direto para a **aquisição dos projetos de especialidades** para a remodelação e ampliação dos Edifícios onde se encontram instalados o Lar Nossa Senhora da Estrela, Centro de Convívio e os serviços que prestam apoio social domiciliário a idosos e a outros carenciados 2ª fase – tendo em conta as alterações recomendadas pelo ISSM;
- 4/2017 – Concurso Público para **aquisição de camas** totalmente equipadas e **cadeiras de rodas**;
- 5/2017 - Procedimento por Ajuste Direto (por lotes) para a **aquisição de fraldas e de outros bens** utilizados na higiene pessoal dos utentes e na limpeza das instalações;

16. FROTA AUTOMÓVEL:

- 27/02/2017 - Entrega oficial das duas viaturas híbridas marca Toyota, lotação de 5 lugares, pela Senhora Secretária da Inclusão e Assuntos Sociais, Dr.ª Rubina Leal.



SANTA CASA MISERICÓRDIA DA CALHETA

P. 12 – Gestão Administrativa e Financeira

Relatório de Atividades

Edição n.º 1 de 25-05-2011

R.P.12.22

17. PROTEÇÃO DE DADOS:

- Os sistemas operativos instalados e utilizados na Instituição foram uniformizados, de modo a elevar o nível de desempenho dos equipamentos em uso e a segurança de dados.
- Foi adotado o sistema de cópias internas e externas SbCloud e definida uma rede Wifi para entidades públicas e privadas.
- Foi feito o upgrade dos equipamentos instalados e configurado todo o software doado pela Microsoft, de forma a uma solução de consulta e de registo em formato único, tudo em conformidade com a nova legislação para a proteção de dados.

18. RECURSOS HUMANOS:

- Reorganização dos recursos humanos, no sentido de melhorar a sua gestão, aproveitando as suas capacidades e aptidões individuais, atribuindo responsabilidade pelas diferentes áreas aos funcionários que revelaram possuir as melhores aptidões.
- Revisão e atualização das categorias dos funcionários, em conformidade com a Acordo Coletivo aplicável e em conformidade com as antiguidades e com as avaliações de desempenho.
- A Santa Casa da Misericórdia da Calheta, tendo em vista a melhoria contínua dos seus recursos humanos e conseqüente potencialização da eficácia da Instituição, proporcionou aos seus recursos humanos, no ano de 2017, 12 Ações de Formação com 12 temas distintos, contando com 88 presenças, no total de 627,70 horas formativas.

Nº	Nome ação
1	Cuidar e ser cuidado
2	Higiene e segurança alimentar
3	Seminário: Locais trabalho saudáveis
4	Cuidados básicos ao utente idoso
5	Curso Europeu 1ºs socorros
6	Gestão de tempo/gestão de stress
7	Sustentabilidade laboral: Locais de trabalho saudáveis
8	Voluntariado: formação inicial
9	Pensar Positivo: Saúde mental
10	Conferência: Demências - respostas adaptativas face ao envelhecimento perturbado
11	Gestão recursos humanos
12	Gestão de frota/viaturas

- Implementação do registo biométrico da assiduidade;
- Realizou-se um Jantar/Convívio de Natal para todos os colaboradores (funcionários, membros dos Órgãos Sociais e voluntários) da Instituição.



SANTA CASA MISERICÓRDIA DA CALHETA

P. 12 – Gestão Administrativa e Financeira

Relatório de Atividades

Edição n.º 1 de 25-05-2011

R.P.12.22

19. Com o intuito de reduzir custos, foram consultados os fornecedores da Instituição, com vista ao fornecimento de serviços com maior qualidade e menor preço (Farmácias, Companhia de Seguros, etc.)

20. No que diz respeito ao Sistema de Gestão de Qualidade:

- Apresentação dos relatórios de indicadores;
- Concretização do Plano Anual de Atividades – Sociocultural;
- Concretização do Plano Anual de Formação.
- Realização de inquéritos de satisfação a utentes residentes nas ERPI;
- Realização de inquéritos de satisfação aos colaboradores;

21. No seguimento de anos anteriores foram realizadas Auditorias Financeiras.

Aprovado pela Mesa Administrativa, em 21 de Março de 2018,

PROVEDORA – Maria Cecília Pereira Gouveia Cachucho

VICE-PROVEDOR – José Mário de Sousa Nunes

TESOUREIRA – Maria José Santos Sousa

SECRETÁRIO – Manuel Luís Sousa Serrão

VOGAL – Maira Fátima Sousa Magalhães e Almeida



Contas de Gerência

2017

22 DE ABRIL DE 2018

ÍNDICE

I. INTRODUÇÃO.....	3
II. BREVE CARATERIZAÇÃO DA INSTITUIÇÃO.....	4
III. ÓRGÃOS SOCIAIS.....	5
IV. VALÊNCIAS DA INSTITUIÇÃO.....	6
V. ANÁLISE DA SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA.....	8
VI. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	11
VII. DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS POR VALÊNCIAS.....	14
VIII. ANEXO.....	19

I. INTRODUÇÃO

O presente relatório e contas, nos termos definidos no compromisso respeitável à atividade desenvolvida no ano de 2017 pela Santa Casa da Misericórdia da Calheta (SCMC).

A SCMC é uma Instituição Particular de Solidariedade Social, aprovado pelo Decreto-Lei nº 119/83, de 25 de fevereiro, alterado pelo Decreto-Lei nº 402/85, de 11 de outubro adaptada à Região pelo Decreto Regulamentar Regional n.º 3/84/M, de 22 de março, alterado pelo Decreto regulamentar Regional n.º 4/86/M, de 29 de março, e pelo Decreto Legislativo Regional n.º 11/2015/M de 18 de dezembro e no Regulamento aprovado pela Portaria n.º 96/91, de 11 de junho, da Secretária Regional dos Assuntos Sociais, que se procedeu ao registo definitivo da alteração global dos estatutos Instituição Particular de Solidariedade Social, reconhecida como pessoa coletiva de utilidade pública.

O compromisso foi aprovada em 25 de junho de 1985 pelo Bispo da Diocese do Funchal e o respetivo registo foi lavrado pela inscrição n.º 4/91, a fls 4 do livro de Instituições particulares de Solidariedade Social, considerando-se efetuado em 28 de julho de 1991, nos termos do n.º 4 do artigo 13º do supracitado Regulamento.

A alteração do compromisso foi aprovado em Assembleia Geral de 21 de abril de 2016. A mesa da Assembleia Geral da Irmandade da Santa Casa da Misericórdia da Calheta, representada pelos irmãos, Francisco Félix Sousa, José Gregório Gouveia e Firmino Alves.

Em 05 de maio de 2016 foi remetido ao Instituto de Segurança Social da Madeira, IP-RAM. Declaração n.º 10/2016, publicado na II série do Joram, nº 19 de 28 de outubro de 2016.

Nos termos dos Cân. 164-179 do Código de Direito Canónico e do artigo 6.º do Decreto Interpelativo da Conferência Episcopal Portuguesa, aprovou o novo Compromisso para a “Santa Casa da Misericórdia da Calheta”, constituído por quarenta e um artigos e redigidos em vinte e seis páginas, em 31 maio de 2016.

A estrutura orgânica desta Instituição é constituída por 3 órgãos, que são: Assembleia Geral, Conselho Fiscal e Mesa Administrativa. Com referência a 31 de dezembro de 2017, estavam inscritos 537 irmãos.

A dia 31 de dezembro do ano de 2017, a SCMC tinha ao seu serviço 134 colaboradores:

- 111 funcionários do quadro de pessoal (110 a tempo completo e 1 a tempo parcial);
- 5 prestadores de serviços em regime de contrato de avença (2 médicos, 1 enfermeira, 1 nutricionista, 1 Eng. qualidade);
- 2 funcionários do Instituto de Segurança Social da Madeira em cedência de interesse público no Serviço de Apoio Domiciliário.
- 6 colocadas do Instituto de Emprego no Programa Ocupacional Temporário de Desempregados.
- 10 voluntários , incluindo os voluntários da “Loja Solidária”.

Prestar contas é um dos mais nobres atos das instituições, com particular relevo para as que desempenham funções de natureza pública.

É através deste nobre gesto que confrontamos o nosso empenho, na realização dos projetos, ideias e ações com que nos comprometemos nos respetivos Planos de Atividade.

Atentos à dinâmica da SCMC, não é fácil transmitir para o papel a emoção, a alma e a vontade que colocamos na execução do Plano de Atividades aprovado por manifesta e indiscutível maioria dos irmãos nas reuniões. Os factos são eles mesmos a inequívoca manifestação da nossa atividade, do nosso empenho e da nossa vontade em termos uma Instituição cada vez mais forte, mais segura, mais aceite e credibilizada pela sociedade a quem se destina.

Como temos dito e continuamos a dizer, nem sempre é possível agradar a todos. Queremos, sim, estar do lado daqueles que vivem e viveram a nossa Instituição noutros tempos permitindo aferir o que éramos e o que somos hoje. Queremos estar ao lado dos que têm o bom senso para avaliar o que está bem e o que está mal e não daqueles para quem o trabalho desenvolvido está sempre mal. Queremos estar do lado daqueles que sonham com uma Instituição melhor, uma Instituição sustentada, uma Instituição de que os colaboradores e irmãos se orgulhem.

Não seria necessário mencioná-lo, mas as provas dadas dos mais de 20 anos a gerir a nossa Instituição, são, por si só, provas inequívocas da nossa capacidade, dedicação à causa e demonstração inequívoca de boa gestão dos recursos.

II. BREVE CARATERIZAÇÃO

As Misericórdias foram criadas há mais de 500 anos, sendo sua fundadora e protetora a rainha D. Leonor. Atualmente, em Portugal, as Misericórdias são cerca de 400 e a sua ação abrange todos os setores da vida social, dedicando-se à infância, juventude e terceira idade.

A Misericórdia da Calheta foi fundada em 1535, por Alvará Régio de 7 de Outubro, uma instituição com mais de quatro séculos de existência. A ação da instituição prende-se sobretudo com o apoio à terceira idade.

A partir de 8 de Dezembro de 1991, data da inauguração da remodelação, Santa Casa passou a administrar o “Lar de Nossa da Conceição” e em 15 de Setembro de 1996, inaugurou o “Centro Comunitário Nossa Senhora da Estrela” onde funcionam Lar de Nossa Senhora da Estrela, Centro de Convívio, Sede Social, e serviços administrativos, além de funcionar os serviços da Rede Regional Cuidado Continuados e Serviço de Apoio Domiciliário.

Compromisso: constituído por 74 artigos, foi votado, favoravelmente, em Assembleia Geral Extraordinária da Irmandade em 20/06/1985. Foi aprovada em 25 de Junho de 1985 pelo *Bispo da Diocese do Funchal* e o respetivo registo foi lavrado pela inscrição n.º 4/91, a folhas 4 do Livro de Inscrição de IPSS considerando-se efetuada em 28 de Julho de 1991, nos termos do n.º 4 do artigo 13º do supracitado Regulamento.

É uma Instituição canonicamente ereta - irmandade da Misericórdia.

Fins: Praticar a solidariedade social, concretizada nas obras de Misericórdia.

A visão e valores: ser uma resposta social de referência, pela prestação de serviços humanizados que potenciam a inclusão social.

CAE - Classificação de Atividade Económica - 87301 - Atividades apoio social para pessoas idosas com alojamento, como principal atividade. Em 2013 foi dado início de atividade a atividade secundária com CAE - 88990 - Outras atividades de apoio social sem alojamento.

Edifícios Arrendados

1921 - Administração conseguiu restaurar o seu edifício próprio, que ainda hoje se mantém e na qual estão instalados os Paços do Concelho - Câmara Municipal da Calheta.

1956 - Administração presidida pelo comendador Sequeira Cabrita construiu o Hospital da Calheta. Sendo despojada depois do 25 de Abril de 1974 cessando a sua atividade que era exclusivamente hospitalar.

2001- Contrato de arrendamento entre a Direção Geral dos Registos e Notariado e a Instituição.

III. ÓRGÃOS SOCIAIS

A Direção está distribuída pelos diversos órgãos, eleitos a 1 dezembro de 2016 e tomada de posse em 03 janeiro de 2017, para o triénio 2017/2020, de acordo com a seguinte estrutura orgânica:

Assembleia Geral: Órgão a quem compete o poder deliberativo sobre as questões mais relevantes das Instituição, sendo ela integrada por todos os profissionais no plano gozo dos seus direitos, o que lhe confere uma responsabilidade democrática e, por essa via, a participação dos membros nas decisões da Instituição.

A Assembleia Geral, para cumprimento das disposições estatutárias, realiza duas assembleias gerais ordinárias, uma em novembro/dezembro para análise e deliberação da proposta de Plano de Atividades e Orçamento para o ano seguinte e a outra, no mês de março/abril, para análise e deliberação sobre o Relatório e Contas do ano anterior.

Quando necessário realiza assembleias gerais extraordinárias, tendo-se realizado uma no dia 03 de janeiro e outra no dia 8 de junho do corrente ano.

Tem a seguinte composição:

Assembleia Geral (triénio 2017/2020)	
Presidente	Francisco Félix Sousa
Secretário	José Gregório Gouveia
Secretário	Armando Alberto Bettencourt Simões Ribeiro

Mesa Administrativa: Órgão por excelência que define as estratégias e a ação da Instituição, competindo-lhe deliberar sobre um vasto e complexo campo de matérias. Toma deliberações em todas as áreas que não se encontrem definidas como competência de outros órgãos e compete-lhe, de entre outras funções, apresentar as estratégias da ação, materializadas nos planos de atividades e a sua execução no Relatório e Contas.

Tem a seguinte composição:

Mesa Administrativa (Triénio 2017/2020)	
Provedora	M ^a Cecília Gouveia Cachucho
Vice-Provedor	José Mário Sousa Nunes
Tesoureiro	M ^a José Santos Sousa
Secretário	Manuel Luís Sousa Serrão
Vogal	M ^a Fátima Magalhães e Almeida
Suplente	José Eduardo Coutinho Paiva
Suplente	Ana Maria Freitas Nóbrega
Suplente	José Basílio Azevedo Santos

No decurso de 2017 realizou 25 sessões ordinárias, nas quais debateu e analisou vários assuntos, no âmbito das suas competências.

Definitório (Conselho Fiscal): Órgão de fiscalização da Instituição, competindo-lhe as funções definidas no compromisso, sendo-lhe primordialmente atribuídas o papel de fiscalização do cumprimento das metas definidas no Plano de Atividades e Orçamento.

Tem a seguinte composição:

Conselho Fiscal (Triénio 2017/2020)	
Presidente	Manuel Vieira de Sousa
Vogal	Manuel Alcindo Costa
Vogal	José Manuel Nunes Pereira
Suplentes	José Henrique Magalhães e Almeida
Suplentes	Patrícia Silva Mendes

IV. VALÊNCIAS DA INSTITUIÇÃO

A Santa Casa da Misericórdia da Calheta desenvolve a sua atividade nas seguintes valências:

Lar Nossa Senhora da Conceição - Rua das Amoreiras n.º 46, 9380-068 Arco da Calheta, com 26 utentes apoiados. A Santa Casa desenvolve a sua atividade neste espaço que pertence a Fábrica da Igreja do Arco da Calheta.

Lar Nossa Senhora da Estrela - Rua Estrada Simão Gonçalves Câmara, ER 224 n.º 91, 9370 - 139 Calheta, com 58 utentes apoiados.

O âmbito de ação das valências, Lar Nossa Senhora da Estrela e Lar Nossa Senhora da Conceição, consiste no alojamento coletivo, de utilização temporária ou permanente, para idosos em situação de maior risco de perda de independência e/ou autonomia.

Centro de Convívio - Rua Estrada Simão Gonçalves Câmara, ER 224 n.º 91, 9370 - 139 Calheta, com 100 utentes apoiados.

Desenvolve atividades de apoio a população idosa procurando proporcionar atividades socio-recreativas e de ocupação. Procura fomentar também as relações interpessoais ao nível dos idosos e destes com os outros grupos etários a fim de evitar o isolamento.

Em relação às referidas valências, Lar Nossa Senhora da Conceição, Lar Nossa Senhora da Estrela e Centro de Convívio para Idosos, foi celebrado acordo de cooperação n.º 04/2005 com o Instituto de Segurança Social da Madeira. Com produção de efeitos a 01 de Maio de 2006 foi feito uma adenda ao referido acordo. Esta adenda teve por objetivo a revisão do valor da comparticipação financeira, designadamente em resultado de alterações quer, na capacidade das valências Lar e Centro de Convívio, objeto do mesmo acordo, quer no horário de funcionamento da valência Centro de Convívio.

Serviço de Ajuda Domiciliária - Clássico - presta apoio a população idosa em todas as freguesias do concelho da Calheta, numa média de 300 utentes. A Santa Casa presta o seu serviço nesta valência tendo por base o acordo de gestão n.º 03/14 celebrado com o Instituto de Segurança Social da Madeira. Consiste na prestação de cuidados individualizados e personalizados ao domicílio, a indivíduos e famílias, quando, por motivo de doença, deficiência ou outro impedimento, não possam assegurar temporária ou permanentemente, a satisfação das suas necessidades básicas e/ou as atividades de vida diária, nomeadamente na prestação de cuidados de higiene pessoal e habitacional, e tratamento de roupa.

Serviço de Ajuda Domiciliária - Refeições - tem como objetivo produção, transporte e distribuição de refeições ao domicílio, a 50 Utes. A Santa Casa presta o seu serviço nesta valência tendo por base o acordo de gestão n.º 03/14 celebrado com o ISSM.

Rede Regional Cuidados Continuados Integrados - UAID - Unidade de apoio integrado domiciliário da Calheta. Em parceria com o Instituto de Segurança Social da Madeira e Serviço Regional de Saúde da RAM, E.P.E. através do acordo de cooperação n.º 09/2007. Consiste na prestação ao domicílio para pessoas em situação de dependência ou em risco de perda de autonomia, garantindo, em regime de itinerância, a prestação de cuidados continuados, nomeadamente na reabilitação global do utente, na ajuda na aquisição de capacidades e competências dos utilizadores e suas famílias, promovendo a máxima autonomia e autocuidado.

Centro Social do Pinheiro - sítio do Pinheiro, Arco da Calheta. Usufruem deste centro cerca de 12 utentes. A Santa Casa colabora com o Instituto de Segurança Social da Madeira, na gestão deste centro, tendo por base o acordo de cooperação n.º 02/2003. É de referir que o espaço onde está instalado o centro pertence à Câmara Municipal da Calheta.

Desenvolve atividades lúdicas-didáticas e de convívio com vista a melhoria das condições de vida dos utentes e da sua melhor integração social.

V. ANÁLISE DA SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA

Em conformidade com o estabelecido no compromisso da Instituição, mais concretamente, de acordo com o disposto do artigo 21º n.º 1 e alínea c) “Compete à Assembleia Geral deliberar sobre todas as matérias não compreendidas nas atribuições legais ou compromissórias dos Órgãos e ... Appreciar, discutir e votar o Relatório de Atividades e Contas do Exercício do ano anterior...propostos pela Mesa Administrativa, ... sempre sob parecer do Conselho Fiscal.”, a Mesa Administrativa apresenta o relatório e contas para apreciação do ano económico de 2017.

Para o efeito, apresentamos mapas de pormenor, com informação relevante que facilita uma melhor compreensão e análise.

A informação legalmente exigível faz parte integrante do anexo, porém, apresentamos informação complementar, a qual permite melhor compreensão das contas que ora se apresentam à apreciação e resultam da atividade desenvolvida, no âmbito do plano de atividades e orçamento aprovados.

Rendimentos e réditos

As rubricas com maior realce são as apresentadas no quadro abaixo, perfazendo os rendimentos e réditos obtidos, no período em análise, um total de 2 241 437 euros, distribuídos pelas grandes rubricas:

Rubricas	2017	Variação		Orçamento 2017	Desvio face ao Orçamento
		2016/2017	2016		
72 - Prestação de Serviços	663 255	51 436	611 819	612 320	50 935
75 - Subsídios à exploração	1 283 514	68 789	1 214 725	1 274 500	9 014
76 - Reversões	4 550	1 750	2 800	500	4 050
78 - Outros Rendimentos e ganhos	284 668	-39 668	324 336	256 450	28 218
79 - Juros e outros rendimentos	5 451	-4 719	10 170	5 000	451
TOTAL	2 241 437	77 587	2 163 850	2 148 770	92 667

Relativamente ao exercício anterior, registamos um acréscimo de rendimento de 77.587 euros.

Em relação ao orçamentado registou-se um aumento de 92.667 euros.

Onde se verificou maiores desvios, foram na rubrica “Prestação de Serviços” e “Outros rendimentos”, dado a sua imprevisibilidade, aquando da elaboração do orçamento.

Conclui-se que apesar dos desvios, a execução não foi prejudicada e que não teve repercussões que pudessem em qualquer momento criar dificuldades de funcionamento.

Gastos e Perdas

As rubricas de maior relevo são apresentadas no quadro abaixo, perfazendo os gastos e perdas, no período em análise, num total de 2.042.323 euros, distribuídos pelas seguintes grandes rubricas:

Rubricas	2017	Variação		Orçamento 2017	Desvio face ao Orçamento
		2016/2017	2016		
61 - CMVMC	224 372	-28 071	252 443	268 500	-44 128
62 - Fornecimentos e serviços externos	186 757	23 751	163 007	191 050	-4 293
63 - Gastos com pessoal	1 464 376	30 722	1 433 654	1 515 500	-51 124
64 - Gastos de depreciação	145 451	3 468	141 982	153 000	-7 549
65 - Perdas por imparidade	14 026	-142 574	156 600	6 500	7 526
68 - Outros gastos e perdas	7 341	5 218	2 122	6 000	1 341
TOTAL	2 042 323	-107 486	2 149 809	2 140 550	-98 227

Relativamente ao exercício anterior, registamos um decréscimo de gastos e perdas no valor de 107.486 euros.

Em relação ao orçamentado registou-se também um decréscimo no valor de 98 227 euros.

As *mercadorias vendidas e matérias consumidas* estão sobretudo relacionadas com as aquisições de géneros alimentares, de medicação, de produtos de higiene e conforto e de produtos de limpeza entre outros.

Os *fornecimentos e serviços externos* dizem respeito aos serviços especializados, a conservação e reparação, aos materiais, a energia e fluidos, as deslocações e transporte, aos serviços diversos e aos encargos com utente.

Relativamente aos *gastos de pessoal* verificou-se a atualização das taxas de contribuição da segurança social, de 22 % em 2016 para 22,3 % em 2017.

Os *gastos de depreciação* resultaram da aplicação das taxas de depreciação adotadas, de acordo com as normas legais aplicáveis e em vigor.

Quanto às *perdas por imparidade* nas dívidas a receber dos familiares dos utentes, o seu cálculo foi obtido no respeito pelo princípio da prudência, de acordo com a evolução de situações recentes e tendo em conta o contexto económico atual.

Resultados

Face a informação dos quadros anteriores, o resultado líquido obtido para o período em análise foi positivo no valor de 199.114 euros.

Investimentos

Os investimentos realizados no ano em apreço totalizaram 60.629 euros, distribuídos da seguinte forma:

Investimentos	2017
Equipamento básico	6 189
Equipamento de transporte	39 792
Equipamento administrativo	3 557
Outro Ativos fixo tangíveis	6 780
Ativos fixos intangíveis	4 310
TOTAL	60 629

Conclusão

Perante as considerações apresentadas, verificou-se execução orçamental de cada uma das componentes, quer dos rendimentos e réditos, quer dos gastos e perdas.

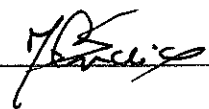
Com o presente documento, confirma-se a gestão equilibrada, sem por em risco, em qualquer momento, as metas e os desígnios propostos.

Foi com o envolvimento de todos, que atingimos objetivos, ultrapassamos dificuldades e alcançamos os desafios a que nos propusemos.

Nos termos de tudo o que antecede, a Mesa Administrativa propõe à Assembleia Geral o seguinte:

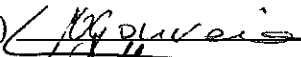
1. Que seja aprovado o relatório e contas do exercício de 2017;
2. Que seja efetuada a aplicação do resultado líquido no valor positivo de 199.114 euros em "Resultados transitados".

Contabilista Certificado n.º 12063 (M^a Conceição Rodrigues Silva Sousa)



Mesa Administrativa

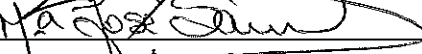
Provedora (M^a Cecília Gouveia Cachucho)



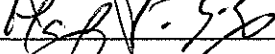
Vice Provedor (José Mário de Sousa Nunes)



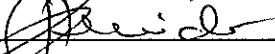
Tesoureira (M^a José Santos Sousa)



Secretário (Manuel Luís Sousa Serrão)



X Vogal (M^a Fátima Magalhães e Almeida)



VI. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 (em euros)

Rubricas	Notas	2017	2016
ACTIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	4.2	2 551 009	2 604 514
Ativos fixos intangíveis	4.3	1 558	0
Investimentos financeiros	4.1	1 940	1 019
Subtotal		2 554 507	2 605 533
Ativo corrente			
Inventários	5	21 321	24 160
Clientes e Utentes	10.1	12 640	14 343
Estado e outros entes públicos	12.1	2 532	2 991
Diferimentos	12.2	3 802	2 894
Outros ativos correntes	10.1	5 040 541	54 720
Caixa e depósitos bancários	10.3	2 527 032	2 311 457
Subtotal		7 607 868	2 410 565
Total do ativo		10 162 375	5 016 098
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais			
Fundos	12.3	322 946	322 946
Reservas	12.3	25 574	25 574
Resultados transitados	12.3	2 601 001	2 564 339
Ajustamentos/Outras V.F. Patrimoniais	12.3	6 570 192	1 627 964
Subtotal		9 519 713	4 540 823
Resultado líquido do período		199 114	14 041
Total do fundo patrimoniais		9 718 827	4 554 864
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões	8	1 797	3 078
Passivo corrente			
Fornecedores	10.1	35 273	35 764
Estado e outros entes públicos	12.1	30 515	29 730
Outros passivos correntes	10.1	375 963	392 661
Subtotal		441 751	458 156
Total do passivo		443 548	461 234
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		10 162 375	5 016 098

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZA PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 (em euros)

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	2017	2016
Vendas e serviços prestados	6	663 255	611 819
Subsídios, doações e legados à exploração	7	1 283 514	1 214 725
Custos mercadorias vendidas e matérias consumidas	5	224 372	252 443
Fornecimentos e serviços externos		186 757	163 007
Gastos com o pessoal	11	1 464 376	1 433 654
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	10.2	9 476	153 800
Outros rendimentos e ganhos	4.2/6	284 668	324 336
Outros gastos e perdas		7 341	2 122
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento de impostos		339 114	145 853
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	4	145 451	141 982
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		193 663	3 871
Juros e rendimentos similares obtidos	6	5 451	10 170
Resultado líquido do período		199 114	14 041

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA DO PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 (em euros)

RÚBRICAS	NOTAS	DATAS	
		2017	2016
Fluxos de caixa das atividades operacionais -			
Recebimentos de Clientes e Utentes		690 969,37	600 857,01
Pagamentos a fornecedores		425 308,96	418 061,00
Pagamentos ao pessoal		1 025 791,10	1 011 482,45
Caixa gerada pelas operações		-760 130,69	-828 686,44
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		-53 910,71	-58 352,51
Outros recebimentos/pagamentos		1 086 396,51	1 058 204,70
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)		272 355,11	171 165,75
Fluxos de caixa das atividades de investimento -			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		56 318,76	8 990,91
Ativos intangíveis		4 309,93	0,00
Investimentos Financeiros		1 044,53	1 218,73
Recebimentos provenientes de:			
Investimentos Financeiros		133,73	520,72
Juros e rendimentos similares		4 759,15	14 476,14
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)		-56 780,34	4 787,22
Fluxos de caixa das atividades de financiamento -			
Pagamentos respeitantes a:			
Outras operações de financiamento		0,00	150 000,00
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)		0,00	-150 000,00
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		215 574,77	25 952,97
Caixa e seus equivalentes no início do período		2 311 456,76	2 285 503,79
Caixa e seus equivalentes no fim do período		2 527 031,53	2 311 456,76
	10.3		

VII. DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS POR VALÊNCIAS

RENDIMENTO	Lares		Centro	SAD			Centro	Irmandade	TOTAL
	Estrela	Arco	Convívio	Clássico	Refeições	Rede	Pinheiro		
Serviços prestados	432 770	182 535	8 537	5 940	20 425		142	12 906	663 255
Subsídios à exploração	441 238	195 095	35 058	441 231	55 385	92 928	19 262	3 317	1 283 514
Reversões	4 550								4 550
Outros Ganhos	3 897	1 427	602					278 742	284 668
Juros								5 451	5 451
Total Rendimentos	882 455	379 057	44 197	447 171	75 810	92 928	19 404	300 416	2 241 437

GASTOS	Lares		Centro	SAD			Centro	Irmandade	TOTAL
	Estrela	Arco	Convívio	Clássico	Refeições	Rede	Pinheiro		
Custo Mercadoria Consumida	122 466	50 802	1 533	7 504	36 983	586	1 351	3 146	224 372
Fornecimento S. Externos	88 525	36 533	9 374	8 682	14 098	6 499	1 676	21 369	186 757
Gastos com o pessoal	560 865	278 058	55 264	406 346	46 402	76 117	14 466	26 859	1 464 376
Gastos depreciação	72 266	19 662	12 051	7 174	16 276	1 106	255	16 659	145 451
Imparidade	12 826	1 200							14 026
Provisões									0
Outros gastos	1 043	45						6 253	7 341
Total Gastos	857 992	386 299	78 222	429 706	113 760	84 309	17 748	74 286	2 042 3

Resultado Líquido do Período	24 463	-7 243	-34 026	17 465	-37 950	8 619	1 656	226 130	199 114
-------------------------------------	---------------	---------------	----------------	---------------	----------------	--------------	--------------	----------------	----------------

**DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZA PERÍODO
FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 (em euros)
Valência - Lar Nossa Senhora da Conceição**

RENDIMENTOS E GASTOS	Valor
Vendas e serviços prestados	182 535
Subsídios, doações e legados à exploração	195 095
Custos mercadorias vendidas e matérias consumidas	-50 802
Fornecimentos e serviços externos	-36 533
Gastos com o pessoal	-278 058
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	-1 200
Outros rendimentos e ganhos	1 427
Outros gastos e perdas	-45
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento de impostos	12 420
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	-19 662
Resultado Líquido do Período	-7 243

**DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZA PERÍODO
FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 (em euros)
Valência - Lar Nossa Senhora da Estrela**

RENDIMENTOS E GASTOS	Valor
Vendas e serviços prestados	432 770
Subsídios, doações e legados à exploração	441 238
Custos mercadorias vendidas e matérias consumidas	-122 466
Fornecimentos e serviços externos	-88 525
Gastos com o pessoal	-560 865
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	-8 276
Outros rendimentos e ganhos	3 897
Outros gastos e perdas	-1 043
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento de impostos	96 729
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	-72 266
Resultado Líquido do Período	24 463

3

**DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZA
PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 (em euros)**

Valência - Centro Convívio

RENDIMENTOS E GASTOS	Valor
Vendas e serviços prestados	8 537
Subsídios, doações e legados à exploração	35 058
Custos mercadorias vendidas e matérias consumidas	-1 533
Fornecimentos e serviços externos	-9 374
Gastos com o pessoal	-55 264
Outros rendimentos e ganhos	602
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento de impostos	-21 974
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	-12 051
Resultado Líquido do Período	-34 026

**DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZA PERÍODO
FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 (em euros)**

Valência - Irmandade

RENDIMENTOS E GASTOS	Valor
Vendas e serviços prestados	12 906
Subsídios, doações e legados à exploração	3 317
Custos mercadorias vendidas e matérias consumidas	-3 146
Fornecimentos e serviços externos	-21 369
Gastos com o pessoal	-26 859
Outros rendimentos e ganhos	278 742
Outros gastos e perdas	-6 253
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento de impostos	237 339
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	-16 659
Resultado Operacional	220 680
Juros e rendimentos similares obtidos	5 451
Resultado Líquido do Período	226 130

**DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZA PERÍODO
FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 (em euros)**

Valência - Serviço Apoio Domiciliário - Clássico

RENDIMENTOS E GASTOS	Valor
Vendas e serviços prestados	5 940
Subsídios, doações e legados à exploração	441 231
Custos mercadorias vendidas e matérias consumidas	-7 504
Fornecimentos e serviços externos	-8 682
Gastos com o pessoal	-406 346
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento de impostos	24 638
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	-7 174
Resultado Líquido do Período	17 465

**DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZA
PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 (em euros)**

Valência - Serviço Apoio Domiciliário - Refeições

RENDIMENTOS E GASTOS	Valor
Vendas e serviços prestados	20 425
Subsídios, doações e legados à exploração	55 385
Custos mercadorias vendidas e matérias consumidas	-36 983
Fornecimentos e serviços externos	-14 098
Gastos com o pessoal	-46 402
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento de impostos	-21 674
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	-16 276
Resultado Líquido do Período	-37 950

8

**DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZA PERÍODO
FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 (em euros)**

Valência - Rede Regional Cuidados Continuados

RENDIMENTOS E GASTOS	Valor
Subsídios, doações e legados à exploração	92 928
Custos mercadorias vendidas e matérias consumidas	-586
Fornecimentos e serviços externos	-6 499
Gastos com o pessoal	-76 117
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento de impostos	9 725
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	-1 106
Resultado Líquido do Período	8 619

**DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZA PERÍODO
FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 (em euros)**

Valência - Centro Social Pinheiro

RENDIMENTOS E GASTOS	Valor
Vendas e serviços prestados	142
Subsídios, doações e legados à exploração	19 262
Custos mercadorias vendidas e matérias consumidas	-1 351
Fornecimentos e serviços externos	-1 676
Gastos com o pessoal	-14 466
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento de impostos	1 911
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	-255
Resultado Líquido do Período	1 656

VIII. ANEXO

1. IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE

1.1 **Designação da entidade:** Santa Casa da Misericórdia da Calheta, NIF n.º 511033982

1.2 **Sede:** Rua Estrada Simão Gonçalves Câmara - ER224 n.º 91 9370 -139 Calheta

1.3 **Natureza da Atividade:** A Santa Casa da Misericórdia da Calheta, aprovada pelo Decreto-Lei n.º 119/83 de 25 de Fevereiro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 402/85, de 11 de Outubro, adaptado à Região pelo Decreto Regulamentar Regional n.º 3/84/M, de 22 de Março, alterado pelo Decreto Regulamentar Regional n.º 4/86/M, de 29 de Março e no Regulamento aprovado pela Portaria n.º 96/91, de 11 de Junho da Secretaria Regional dos Assuntos Sociais, que, se procedeu ao registo definitivo da alteração global dos estatutos da Instituição Particular de Solidariedade Social (IPSS), reconhecida como pessoa coletiva de utilidade pública.

Decreto Legislativo Regional n.º 11/2015/M, de 18 de dezembro, que estabelece os princípios orientadores e o enquadramento a que deve obedecer a cooperação entre o ISSM, e as IPSS.

Decreto Legislativo Regional n.º 9/2015/M, de 2 de dezembro, que aprova o Estatuto das IPSS.

Portaria n.º 78/2007 de 16 agosto da Secretaria Regional dos Assuntos Sociais.

1.4 Tal como prevê a NCRF-ESNL, sempre que não esteja previsto algum aspeto particular recorre-se supletivamente às restantes normas do SNC.

1.5 - Sempre que não exista outra referência os montantes encontram-se expressos em unidade de euro.

2 . REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1 *Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras*

As presentes demonstrações financeiras foram elaboradas, de acordo com o sistema de normalização contabilística para as entidades sem fins lucrativos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011, de 9 de Março de 2011.

Instrumentos legais da NCRF-ESNL:

Aviso n.º 8259/2015, de 29 de julho - NCRF-ESNL

Portaria n.º 220/2015, de 24 de julho - Modelos de demonstrações financeiras

Portaria n.º 218/2015, de 23 de julho - Código de Contas

Decreto-Lei n.º 98/2015, de 2 de junho

Portaria n.º 105/2011, de 14 de março - Modelos de demonstrações financeiras;

Portaria n.º 106/2011, de 14 de março - Código de Contas;

Aviso n.º 6726 - B/2011, de 14 de março - NCRF-ESNL;

Portaria n.º 986/2009, de 7 de setembro;

Decreto-Lei n.º 1588/2009, de 13 de julho - SNC

2.2 **Indicação e justificação das disposições do SNC-ESNL que, em casos excecionais, tenham sido derogadas e dos respetivos efeitos nas demonstrações financeiras, tendo em vista a necessidade de estas darem uma imagem verdadeira e apropriada do ativo, do passivo e dos resultados da entidade.**

No presente exercício não foram derrogadas quaisquer disposições do SNC-ESNL.

2.3 Indicação e comentário das contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do exercício anterior.

Os valores constantes das demonstrações financeiras do período findo em 31 de Dezembro de 2017 são comparáveis com os valores do período de 2016.

Os terrenos e edifícios foram contabilizadas como ativos fixos tangíveis, de acordo com o capítulo 7, do aviso n.º 8259/2015 de 16 de julho, em consideração da norma aplicável ao período a partir de 01/01/2016.

3. POLITICAS CONTABILISTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILISTICAS E ERROS

3.1 Principais políticas contabilísticas:

a) Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras:

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas a partir dos registos contabilísticos da Santa Casa, de acordo com a normalização contabilística para as entidades do setor não lucrativo (ESNL).

ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzidos dos correspondentes depreciações.

As depreciações são calculadas, após a data em que os bens estejam disponíveis para serem utilizados, pelo método da linha reta, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens, em sistema de duodécimos.

As taxas de depreciações utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

Ativo Fixo Tangível	Vida útil estimada
Edifícios e outras construções	50 anos
Remodelação dos edifícios	16 anos
Equipamento de transporte	5 anos
Equipamento administrativo	Entre 3 a 8 anos
Outros ativos fixos tangíveis	Entre 3 a 8 anos

É procedimento da Instituição depreciar a 100% os ativos fixos tangíveis de reduzido valor, dado a sua imaterialidade.

As despesas de conservação e reparação que não aumentam a vida útil dos ativos nem resultem em melhorias ou melhoras significativas nos elementos dos ativos fixos tangíveis são registados como gasto do período em que ocorrem.

O desreconhecimento dos ativos fixos tangíveis, resultantes da venda ou abate são determinados pela diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação ou abate, sendo registadas na demonstração dos resultados por naturezas nas rubricas «Outros rendimentos e ganhos» ou «Outros gastos e perdas».

Os ativos fixos tangíveis em curso referem-se a ativos em fase de construção, encontrando-se registados ao custo de aquisição deduzido de eventuais perdas de imparidade. Estes ativos são depreciados a partir do momento em que estão disponíveis para uso e nas condições necessárias para operar de acordo com o pretendido pelo órgão de gestão.

Estes ativos fixos tangíveis são depreciados a partir do momento em que os ativos estejam disponíveis para uso e nas condições necessárias para entrar em funcionamento.

ATIVOS INTANGÍVEIS

Os ativos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das correspondentes amortizações.

As despesas de desenvolvimento e manutenção foram reconhecidas como gastos.

O método de amortização utilizado foi o da linha reta, em conformidade com o período de vida útil estimado, em sistema de duodécimos.

Ativo Intangível	Vida útil estimada
Programas de Computador	Entre 3 a 6 anos

PROVISÕES E PASSIVOS CONTINGENTES

As provisões na data do balanço foram objeto de análise, não havendo motivo ou justificação para que fossem ajustadas e estimados outros valores.

IMPARIDADE DOS ATIVOS

Em cada data de relato é efetuada uma revisão das quantias escrituradas dos ativos fixos tangíveis e intangíveis da Instituição com vista a determinar se existe algum indicador de que os mesmos possam estar em imparidade. Se existir algum indicador, é estimada a quantia recuperável dos respetivos ativos (ou da unidade geradora de caixa) a fim de determinar a extensão da perda por imparidade (se for o caso).

INVENTÁRIOS

Mercadorias e matérias-primas

As mercadorias e as matérias-primas, subsidiárias e de consumo encontram-se valorizadas ao custo de aquisição ou ao valor realizável líquido, dos dois o mais baixo. O custo de aquisição inclui as despesas incorridas até ao armazenamento, utilizando-se o Custo Médio Ponderado, fórmula de custeio, em sistema de inventário permanente.

RENDIMENTO

O rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou, a receber.

O rédito proveniente da venda de bens é reconhecido quando todas as seguintes condições são satisfeitas:

- Todos os riscos e vantagens da propriedade dos bens foram transferidos para o comprador;
- A entidade não mantém qualquer controlo sobre os bens vendidos;
- O montante do rédito pode ser mensurado com fiabilidade;
- É provável que benefícios económicos futuros associados à transação fluam para a Instituição;
- Os gastos suportados ou a suportar com a transação podem ser mensuráveis com fiabilidade.

O rédito proveniente das prestações de serviços é reconhecido líquido de impostos, pelo justo valor do montante a receber.

O rédito proveniente das prestações de serviços é reconhecido com referência à fase de acabamento da transação à data de relato, desde que todas as seguintes condições satisfeitas:

- O montante do rédito pode ser mensurado com fiabilidade;
- É provável que benefícios económicos futuros associados à transação fluam para a Instituição;
- Os gastos suportados ou a suportar com a transação podem ser mensurados com fiabilidade;
- A fase de acabamento da transação à data de relato pode ser valorizada com fiabilidade.

O rédito de juros é reconhecido utilizando o método do juro efetivo, desde que seja provável que benefícios económicos fluam para a Entidade e o seu montante possa ser valorizado com fiabilidade.

INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os instrumentos financeiros encontram-se valorizados de acordo com os seguintes critérios:

Clientes/utentes e outras dívidas de terceiros

As dívidas de clientes/utentes estão mensuradas ao custo menos qualquer perda de imparidade. As dívidas de «outros terceiros» encontram-se mensuradas ao custo.

As dívidas de clientes/utentes ou de outros terceiros são registadas pelo seu valor nominal dado que não vencem juros e o efeito do desconto é considerado imaterial.

Fornecedores e outras dívidas a terceiros

As contas de fornecedores e de outros terceiros encontram-se mensurados pelo método do custo.

As dívidas a fornecedores ou a outros terceiros são registadas pelo seu valor nominal dado que não vencem juros e o efeito do desconto é considerado imaterial.

Periodizações

As transações são contabilisticamente reconhecidas quando geradas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas rubricas «Outras ativos correntes» e «Outros passivos correntes» e «Diferimentos».

Caixa e depósitos bancários

Os montantes incluídos na rubrica caixa e seus equivalentes correspondem aos valores em caixa e depósitos bancários, ambos imediatamente realizáveis.

Benefícios de empregados

Os benefícios de curto prazo dos empregados incluem salários, diuturnidades, feriados, subsídio de turno e de transporte, retribuições eventuais por trabalho extraordinário, subsídio de alimentação, subsídio de férias e de natal e quaisquer outras retribuições adicionais decididas pela Mesa Administrativa.

As obrigações decorrentes dos benefícios de curto prazo são reconhecidas como gastos no período em que os serviços são prestados, numa base não descontada por contrapartida do reconhecimento de um passivo que se extingue com o respetivo pagamento.

De acordo com a legislação laboral aplicável o direito a férias e o subsídio de férias, relativo ao período, por este coincidir com o ano civil, vence-se em 31 de dezembro de cada ano, sendo somente pago durante o período seguinte, pelo que os gastos correspondentes encontram-se reconhecidos como benefícios de curto prazo e tratados de acordo com o anteriormente referido.

b) Principais pressupostos relativos ao futuro

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos registos contabilísticos da Santa Casa da Misericórdia da Calheta.

c) Principais fontes de incerteza das estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras anexas foram efetuados juízes de valor e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afetam as quantias relatadas de ativos e passivos, assim como as quantias relatadas de rendimento e gastos do período.

4. INVESTIMENTOS

4.1 Investimentos Financeiros

Investimentos Financeiros	2017	2016
Fundo Compensação Trabalho (FCT)	1 940	1 019

4.2 Ativos Fixos Tangíveis

- Os ativos fixos tangíveis adquiridos encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das correspondentes depreciações acumuladas.
- As depreciações foram efetuadas pelo método da linha reta, em sistema de duodécimos.
- Vidas úteis foram determinadas de acordo com a expectativa da afetação do desempenho.

Os edifícios arrendados estão contabilizados como ativos fixos tangíveis, em cumprimento da alteração prevista na norma que vigora desde 01/01/2016.

A variação ocorrida nas quantias escrituradas no início e no fim do período, resume-se a:

Ativos Fixos Tangíveis	Valor de aquisição	Depreciação			Valor Líquido 31-12-2017
		acumuladas 31-12-2016	do ano	acumuladas 31-12-2017	
Edifício dos Paços do Concelho	638	638	0	638	0
Antigo Hospital da Misericórdia	16 161	16 161	0	16 161	0
Prédio Conservatória-Fração B-1º Andar	451 904	309 447	4 190	313 637	138 267
TOTAL	468 703	326 246	4 190	330 436	138 267

Quantias reconhecidas como rendimentos:

Identificação dos edifícios arrendados	Montantes considerados em rendimento do período 2017
Edifício dos Paços do Concelho	23 532
Antigo Hospital da Misericórdia	43 268
Prédio Conservatória-Fração B-1º Andar	31 717
TOTAL	98 517

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período mostrando as adições, os abates, as amortizações, aos abates, as perdas de imparidade e suas reversões e outras alterações, desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Descrição	31-12-2016	Adições	Abate/ Alienação	Transf. De conta	31-12-2017	Amortizações Acumuladas	Valor Líquido
Terrenos e recursos naturais	579 248	266	22 621	110 270	446 623	0	446 623
Edifícios e outras construções	3 480 119	52 290		-110 270	3 642 679	1 691 138	1 951 541
Equipamento básico	629 599	6 189	5 732		630 056	571 085	58 970
Equipamento de transporte	286 621	39 792			326 413	281 193	45 220
Equipamento administrativo	154 965	3 557	512		158 010	155 216	2 794
Outros ativos fixos tangíveis	59 919	6 780	1 405		65 294	65 281	13
Ativo Tangível Bruto	5 190 471	108 875	30 271	0	5 269 075	2 763 913	2 505 161

Passagem da conta 4331 “Terrenos e recursos naturais” para conta 4332 “edifícios e outras construções” s, no valor total de 110.270 euros.

Edifícios Doados	Freg.	Artigo	Valor
Doação Atouguia	220102	U-459	12 660
Doação Fajã Ovelha	220104	U-73	2 780
Doação Fajã Ovelha	220104	U-280	11 900
Doação Campanário	220801	U-2072	82 930
Total			110 270

As doações e aquisições no ano de 2017 registaram-se no valor de 52.290 euros

Doações e Aquisições	Artigo	2017
Doação Arco da Calheta	U-2087	14 840
Doação Calheta	U-923	4 750
Terreno lado Centro Saúde	U-3163	32 700
		52 290

As depreciações do exercício, no montante total de 145 451 euros, foram reconhecidas na rubrica «gastos de depreciação e amortização». Ativos fixo tangível no valor de 142 699 euros e em ativos fixo intangível no valor de 2 752 euros.

As depreciações foram efetuadas pelo método da linha reta, em sistema de duodécimos, e a vida útil determinada de acordo com a expectativa da afetação do desempenho.

Ativos fixo tangíveis	Saldo 2016	Ano		Saldo 2017
		Amortização	Abates	
Edifícios e outras construções	1 620 476	70 662		1 691 138
Equipamento básico	544 067	32 751	5 732	571 085
Equipamento de transporte	254 129	27 065		281 193
Equipamento administrativo	150 753	4 975	512	155 216
Outro Ativos fixo tangíveis	59 440	7 246	1 405	65 281
TOTAL	2 628 864	142 699	7 650	2 763 913

Os investimentos em curso registam o valor de 45 846 euros, referentes a despesa com elaboração da candidatura ao IDR e despesa com Contratação Pública dos projetos de arquitetura e especialidades para remodelação do Lar da Nossa Senhora da Estrela e espaços comuns.

Descrição	31-12-2016	Adições	31-12-2017
Investimentos em curso	42 906	2 940	45 846

Não existe bens do património histórico artístico e cultural.

4.3 Ativos Fixos Intangíveis

a) Os ativos intangíveis adquiridos encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das correspondentes amortizações acumuladas.

b) As amortizações foram efetuadas pelo método da linha reta, em sistema de duodécimos.

c) Foram determinadas vidas úteis finitas, de acordo com a expectativa da afetação do desempenho.

Descrição	31-12-2016	Adições	Abate	31-12-2017	Amortizações Acumuladas	Líquido
Ativos fixos intangíveis	1 307	4 310		5 617	4 058	1 558
Ativo Intangível Bruto	1 307	4 310	0	5 617	4 058	1 558

Ativos fixo Intangíveis	Saldo 2016	Ano		Saldo 2017
		Amortização	Abates	
TOTAL	1 307	2 752		4 058

5. INVENTÁRIOS

Mercadorias e matérias-primas

As mercadorias e as matérias-primas, subsidiárias e de consumo encontram-se mensuradas ao custo de aquisição. O custo de aquisição inclui as despesas incorridas até ao armazenamento, utilizando o custo médio ponderado como fórmula de custeio.

O sistema de inventário utilizado é o permanente.

Existem bens, nomeadamente géneros alimentares, oferecidos por particulares ou empresas, que a SCMC os classifica, atribuindo valor de mercado e havendo controlo sobre o seu consumo, ficando os mesmos valorizados nos inventários.

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, os inventários da entidade detalham-se conforme quadro que se segue:

Descrição	2017	2016
Matérias-Primas, subsidiárias e de consumo	21 321	24 160
Total	21 321	24 160

Quantia de inventários reconhecida como gastos durante o período.

Quantia de inventários reconhecida como um gasto durante os períodos findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 detalham-se conforme quadro que se segue:

Descrição	2017	2016
Saldo Inicial	24 160	26 800
Compras	221 533	249 803
Saldo Final	21 321	24 160
Gastos no período	224 372	252 443

O custo da mercadoria vendida e matéria consumida subdividem-se em:

Gastos no período	2017	2016
CMVMC		
Géneros Alimentares	122 168	135 058
Medicação e Encargos Saúde	26 539	27 465
Material Higiene e Conforto	48 799	53 381
Material Limpeza	22 611	26 671
Material Escritório/Didático	3 572	3 990
Utensílios	0	537
Rouparia	0	4 073
Material Diverso	684	1 269
Subtotal	224 372	252 443

6. RENDIMENTOS

Para os períodos de 2017 e 2016 foram reconhecidos os seguintes réditos:

Rendimentos	2017	2016	Variação
Prestação de Serviços	663 255	611 819	51 436
Subsídios à exploração	1 283 514	1 214 725	68 789
Reversões	4 550	2 800	1 750
Outros Rendimentos e ganhos	284 668	324 336	-39 668
Juros e outros rendimentos	5 451	10 170	-4 719
TOTAL	2 241 437	2 163 850	77 587

Em *prestação de serviços* estão registados as mensalidades, as participações utentes/familiares em regime de internamento, as participações dos utentes do Centro de Convívio e do Centro Social do Pinheiro. Nesta rubrica estão registadas também os serviços sociais (refeições e fraldas) bem como as quotizações dos Irmãos da Santa Casa.

Os *subsídios à exploração* são os apoios do Instituto da Segurança Social da Madeira, de acordo com os acordos de cooperação celebrados com a Instituição.

Em *outros rendimentos* referem-se principalmente as rendas, nomeadamente os Paços do Conselho - Câmara Municipal da Calheta, Hospital da Calheta e da Conservatória do Registo Civil e Predial da Calheta, no valor de 98.517 euros, ver nota 4.2 deste anexo. As imputações dos subsídios para investimentos no valor de 88.688 euros, descritas com mais pormenor no ponto n.º 7 deste anexo. As alienações do ativo fixo tangível no valor 200 euros e os donativos no valor de 37.935 euros.

7. SUBSÍDIOS E OUTROS APOIOS DO GOVERNO

Ao analisar o quadro seguinte podemos verificar que, aquando da construção do edifício Lar nossa Senhora da Estrela e Centro de Dia foi subsidiado pelo Governo Regional como pela Segurança Social, o montante de 2 321 021 euros. Anualmente é amortizado o valor de 46 420 euros. Do total de subsídio para as obras ainda encontra-se por afetar aos anos seguintes 1 299 772 euros.

Descrição	Total subsídios	Depreciações/Amortizações		
		Total depreciado	Ano	A depreciar
Subsídios de obras	2 321 021	974 829	46 420	1 299 772
Subsídios de viaturas Seg. Social	71 392	71 392	0	0
Subsídios de viaturas IDR	39 259	23 555	7 852	7 851
Subsídios Equipamento Seg. Social	239 298	239 298	0	0
Adrama "Calheta + Social"	198 275	87 797	27 416	83 062
Viaturas Híbridas	35 000	0	7 000	28 000
IDR - Lar Estrela	2 307 759	0	0	2 307 759
IDR - Centro Saúde	2 725 922	0	0	2 725 922
TOTAL	7 937 926	1 396 872	88 688	6 452 367

Anualmente é registado o subsídio ao investimento, atribuídos tanto pela Segurança Social como por outras entidades.

Foi apoiado pela Segurança Social a aquisição de equipamento básico no valor de 239 298 euros entre os anos de 1996 e 1999.

Foi apoiado também pela Segurança Social a aquisição de equipamento transporte no valor de 71 392 euros entre os anos de 1994 e 2010.

Em 2014 foi aprovada uma candidatura ao Instituto de Desenvolvimento Regional - IDR, para aquisição de uma viatura adaptada a pessoas com mobilidade reduzida. O apoio foi no valor de 39 259 euros.

Outra das candidaturas a subsídios ao investimento em 2014 foi ao IFAP - Adrama. O apoio foi no montante de 198 275€.

Em dezembro de 2016 foi atribuído um apoio financeiro eventual, no montante de 35.000 euros, pelo Instituto de Segurança Social da Madeira, para a aquisição de duas viaturas ligeiras híbridas, de cinco lugares, necessárias ao bom funcionamento da Unidade de Apoio Integrado ao Domicílio e Serviços de Apoio Domiciliário. Estas viaturas foram adquiridas em 2017.

Durante o ano de 2017 foi feito 2 candidaturas Instituto de Desenvolvimento Regional - IDR.

Em 18/08/2017 foi aprovado a candidatura n.º “M1420-08-4842-FEDER-000002” para a Remodelação e Ampliação do Lar Nossa Senhora da Estrela. Será apoiada em 85% do valor elegível do investimento, no montante de 2 307 759€.

Em 24/11/2017 foi aprovado a candidatura n.º “M1420-08-4842-FEDER-000004” para a Remodelação e Ampliação do Centro de Saúde da Calheta. Será apoiada em 85% do valor elegível do investimento, no montante de 2 725 922€.

8. PROVISÕES, PASSIVOS CONTINGENTES

As provisões estão reconhecidas tendo em conta o parágrafo 13 da NCRF 21:

- a) A entidade tenha uma obrigação presente (legal ou construtiva) como resultado de um acontecimento passado;
- b) Seja provável que um exfluxo de recursos que incorporem benefícios económicos necessário para liquidar a obrigação;
- c) Possa ser feita uma estimativa fiável da quantia da obrigação.

Em 2014 foram reconhecidas provisões no montante de 5 000 euros para fazer face a despesas com o processo relativo aos valores mobiliários representativos de dívida de curto prazo, que não foram reembolsados pela entidade emitente nos prazos previstos.

Provisões	2017	2016
Processos em Curso	1 797	3 078

9. IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO

A Instituição encontra-se isenta de IRC - Publicado no Diário da República - III série, n.º 6, de 8 de Janeiro de 1992, tanto na atividade económica principal, CAE - 87301 - Atividades apoio social para pessoas idosas com alojamento, como na atividade secundária, CAE - 88990 - Outras atividades de apoio social sem alojamento.

10. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Políticas contabilísticas

Bases de mensuração utilizadas para os instrumentos financeiros foram as do custo. Não existem instrumentos financeiros dados como garantia.

10.1 Fornecedores, outros passivos correntes, membros e créditos a receber

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a rubrica de «Fornecedores, outros passivos correntes, membros e créditos a receber», apresentavam a seguinte decomposição:

Descrição	2017			2016		
	Ativos financeiros mensurados ao custo	Perdas por imparidade acumuladas	TOTAL	Ativos financeiros mensurados ao custo	Perdas por imparidade acumuladas	TOTAL
Ativos						
Clientes e utentes	57 933	45 293	12 640	50 354	36 011	14 343
Outros ativos correntes (*1)	5 040 541		5 040 541	54 720		54 720
TOTAL do ATIVO	5 098 474	45 293	5 053 181	105 074	36 011	69 063
Passivo						
Fornecedores Curto prazo	35 273		35 273	35 764		35 764
Outras contas a pagar (*2)	375 963		375 963	392 661		392 661
TOTAL do PASSIVO	411 236	0	411 236	428 425	0	428 425
TOTAL LÍQUIDO	4 687 238	45 293	4 641 945	-323 350	36 011	-359 362

Passamos a analisar mais detalhadamente a informação contida no quadro anterior.

(*1) Os valores referentes a “Outros ativos correntes” dizem respeito a:

(*1) Outros ativos correntes	31-12-2017
Juros a receber	1 732
Receitas diferidas	5 011
Dívidas de utentes	117
Subsídio IDR Lar Estrela	2 307 759
Subsídio IDR Centro Saúde	2 725 922
TOTAL	5 040 541

(*A) corresponde a acréscimos de rendimentos. Estes juros só serão recebidos efetivamente em 2018 mas referem-se a aplicações financeiras realizadas em 2017 e que devem ser refletidas nas contas do presente exercício.

(*2) Os valores referentes a “*Outros passivos correntes*” correspondem a:

(*2) Outros passivos correntes	31-12-2017
Fornecedores de Investimento (*A)	5 095
Férias e subsídio férias	188 878
Despesas diferidas (*B)	8 612
Dívidas a pessoal especializado	2 038
Dívidas a utentes (*C)	164 824
Parcerias outras Instituições (PEA)	6 516
TOTAL	375 963

(*A) A instituição não possui dívidas a terceiros superiores a um ano, exceto a empresa Saúl & Filhos, Lda no valor de 4 680 euros e a empresa AcinGov no valor de 415 euros.

(*B) Despesas referente a 2017 faturadas em 2018.

(*C) Corresponde ao saldo líquido que resulta de parte das pensões deduzidas das despesas pessoais/extraordinárias dos utentes.

10.2 Reconhecimento das perdas por imparidade de dívidas a receber

No reconhecimento das perdas por imparidade de dívida a receber, o cálculo é efetuado de acordo com a antiguidade da dívida e a expectativa de recuperabilidade dos saldos. Em relação as perdas por imparidade ver nota seguinte.

	2017	2016
Imparidade acumuladas de acordo com a antiguidade dos valores em dívida	Perdas por imparidade acumuladas das dívidas dos clientes	Perdas por imparidade acumuladas das dívidas dos clientes
Até 12 meses	2 550	1 200
de 13 a 24 meses	12 482	6 600
Superior a 25 meses	30 261	28 211
TOTAL	45 293	36 011

Descrição	Perdas por imparidade do período	Reversões de perdas por imparidade	TOTAL
Dívidas a receber - Clientes	14 026	4 550	9 476
TOTAL	14 026	4 550	9 476

10.3 Caixa e depósitos bancários

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a rubrica de «Caixa» e «Depósitos bancários» apresentavam a seguinte decomposição:

Descrição	2017	2016
Caixa e depósitos bancários		
Ativos		
Caixa	3 871	5 999
Depósito à ordem	256 643	180 431
Outros depósitos bancários	2 266 518	2 125 027
TOTAL	2 527 032	2 311 457

Os “Outros depósitos bancários” referem-se as aplicações em depósitos a prazo. Foram aplicadas em diversas Instituições bancárias de modo a diversificar o risco.

Incluem valores mobiliários representativos de dívida de curto prazo, designados por papel comercial, não tendo este valor sido reembolsado pela entidade emitente nos prazos previstos. Decorrente neste momento o processo de adesão ao «Modelo de Adesão» mantivemos por coerência a manutenção das imparidades.

Na divulgação dos *fluxos de caixa*, foi utilizado o método direto, o qual nos dá informação acerca dos componentes principais de recebimento e pagamentos brutos, obtidos pelos registos contabilísticos da Santa Casa.

Na elaboração do referido mapa incluem-se:

- *Recebimentos de clientes e utentes (0111)* - receitas de prestação de serviços;
- *Outros recebimentos/pagamentos (013)* - rendas, quotizações, donativos, subsídios à exploração;
- *Investimentos financeiros (0223)* - Fundo compensação trabalho;
- *Juros e rendimentos similares (0226)* - juros.

11. BENEFÍCIOS DE EMPREGADOS

Os gastos com o pessoal foram os seguintes:

Gastos com o pessoal	2017	2016
Gastos com pessoal		
Remuneração do Pessoal	1 205 280	1 180 403
Encargos sobre remuneração	244 356	234 858
Seguro Pessoal	7 482	6 239
Outros Gastos	7 258	12 155
TOTAL	1 464 376	1 433 654

9

Ao analisar este ponto, não podemos deixar de verificar o que foi referido na nota 3.1 deste anexo, bem como o referido na análise da situação económica e financeira, no que diz respeito aos benefícios dos empregados.

A rubrica «Outros gastos» inclui gastos com o vestuário e calçado (fardas), a medicina no trabalho e a formação.

Os Órgão Sociais não são remunerados, apenas por vezes são ressarcidos das despesas com os km percorridos, em deslocações para representação da Instituição.

12. OUTRAS INFORMAÇÕES

12.1 Estado e outros entes públicos

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a rubrica «Estado e outros entes públicos» apresentava a seguinte decomposição:

Descrição	2017	2016
Estado e outros entes públicos		
Ativos		
Restituição do IVA	2 532	2 991
Total do Ativo	2 532	2 991
Passivo		
Retenção de imposto sobre rendimento	4 141	4 246
Contribuições para a Segurança Social	26 271	25 393
Fundo Compensação	103	92
Total do Passivo	30 515	29 730
TOTAL LÍQUIDO	27 982	26 739

Tendo em conta a Lei n.º 64-B/2011 artigo 179.º, n.º 2, e o Decreto-Lei n.º 84/2017 de 21 de julho, as Instituições Particulares de Solidariedade Social têm direito à restituição de um montante equivalente a 50% do IVA suportado relativo às operações previstas na alínea a) e b) do n.º 1 do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 20/90, de 13 de janeiro.

A Lei n.º 42/2016, de 28 de Dezembro - Orçamento do Estado para 2017, no artigo 239.º também previu para 2017 a restituição um montante equivalente a 50% do IVA suportado nas aquisições de bens ou serviços alimentares e bebidas, no âmbito das atividades sociais desenvolvidas.

Deste modo a Instituição tem a receber de restituição de IVA o valor de 2.532 euros referente a:

Restituição de IVA	31-12-2017
Géneros Alimentares	2 532
TOTAL	2 532

9

É de referir que os valores em dívida em 31 de dezembro de 2017 nomeadamente a *retenção de imposto sobre o rendimento* e as *contribuições para a segurança social*, são relativas ao mês de dezembro de 2017, pagas em janeiro de 2018.

A Instituição não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei n.º 534/80, de 7 de novembro.

Dando cumprimento ao estabelecido no Decreto-Lei n.º 411/91, de 17 de outubro, a situação da Instituição perante a Segurança Social e a Autoridade Tributária encontra-se regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

12.2 Diferimentos

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a rubrica de «Diferimentos» apresentava a seguinte decomposição:

Diferimentos	2017	2016
Ativos		
Gastos a reconhecer		
Seguro automóvel	874	801
Seguros de instalações	184	184
Diário Notícias	210	209
Jornal Madeira	110	110
Trulynolen	137	137
Medicina Trabalho	909	0
Seguro Acidentes Trabalho	886	624
Seguro Voluntariado	78	0
Acingov	415	830
TOTAL	3 802	2 894

12.3 Fundos patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a rubrica dos «Fundos patrimoniais» apresentava a seguinte decomposição:

Fundos patrimoniais	2017	2016
Fundos	322 946	322 946
Reservas	25 574	25 574
Resultados Transitados	2 601 001	2 564 339
Outras Variações de fundos patrimoniais	6 570 192	1 627 964
TOTAL	9 519 713	4 540 823

É procedimento da Instituição transferir o resultado líquido de cada período para a rubrica «resultados transitados».

Em relação a composição das *outras variações de fundos patrimoniais* ver também nota 7.

Outras Variações de fundos patrimoniais	31-12-2017	31-12-2016
Subsídios de obras a afetar nos períodos seguintes	1 299 772	1 346 192
Subsídios de viatura a afetar nos períodos seguintes	7 852	15 703
Subsídios Calheta + Social (Adrama - IFAP)	83 062	110 478
Viaturas Híbridas	28 000	35 000
Subsídios da Candidatura IDR Lar Estrela	2 307 759	0
Subsídios da Candidatura IDR Centro Saúde	2 725 922	0
Subtotal	6 452 366	1 507 373

Outras Variações de fundos patrimoniais	31-12-2017	31-12-2016
Prédios Urbanos e Rústicos	117 826	120 591
Subtotal	117 826	120 591

TOTAL	6 570 192	1 627 964
--------------	------------------	------------------

13. Acontecimento após a data do balanço

Após a data do Balanço, não temos conhecimento de eventos ocorridos que afetem o valor dos ativos e passivos das demonstrações financeiras do período.

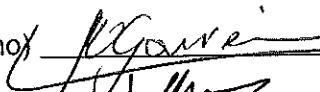
As demonstrações financeiras para o período findo em 31 de dezembro de 2017 foram aprovadas pela Mesa Administrativa e autorizadas para emissão em 21 de março de 2018.

Contabilista Certificado n.º 12063 (M^a Conceição Rodrigues Silva Sousa)

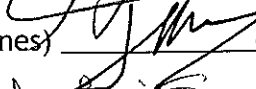


Mesa Administrativa

Provedora (M^a Cecília Gouveia Cachuchos)



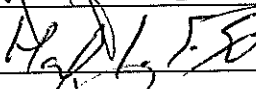
Vice Provedor (José Mário de Sousa Nunes)



Tesoureira (M^a José Santos Sousa)



Secretário (Manuel Luís Sousa Serrão)



Vogal (M^a Fátima Magalhães e Almeida)

